



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 09/2025 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2025

CONTRATANTE: A Câmara Municipal de Mantena, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, n.º 383 - Centro – CNPJ: 21.297.635/0001-72, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Wadson Said de Carvalho, brasileiro, servidor público, inscrito no CPF 730.038.246-00, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: **AUTO POSTO TERRA BOA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ: 14.832.915/0001-78, localizada na Rua São Francisco, n.º. 322 – Centro, na cidade de Mantena - MG, representada pelo seu Sócio o Sr. Klynger Machado de Oliveira, inscrito no CPF: 002.316.106-02 e RG: M – 8.134.862 SSP/MG, **E-MAIL INSTITUCIONAL:** postoterraboa@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Ata de Registro de Preços (ARP), considerando o resultado do processo administrativo de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2025, para Registro de Preços n.º 05/2025, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação visando o fornecimento de combustível, constante em gasolina e etanol, para atender os veículos da Câmara Municipal de Mantena .

1.2 Integra e completa a presente ata de registro de preço para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2025, bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

1.3. As especificidades dos itens que integram o objeto desta ata de registro de preços (ARP), inclusive as quantidades máximas de cada item que poderá ser adquirida, são definidas na planilha de registro por fornecedor registrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor total registrado nesta Ata de Registro de Preço é de **R\$ 90.030,00 (noventa mil e trinta reais)**, correspondente aos itens 01 e 02, descritos na planilha que integra este ato.

CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES – O órgão gerenciador desta ARP será feito pelo setor responsável de compras da Câmara, com competência para o acompanhamento dos saldos dos itens registrados, analisar e deliberar sobre a adesão de órgãos participantes ou não e realizar a pesquisa de preços, a fim de identificar os preços de referência, para suprir as demandas e atualizar os valores quando couber.

3.1 - Cabe ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços e ainda as seguintes atribuições:



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

- 3.1.1** - Registrar a intenção de registro de preços, fazer publicar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 3.1.2** - Consolidar informações relativas à estimativas individuais de cada órgão participante e total de consumo dos itens registrados;
- 3.1.3** - Promover adequações das respectivas planilhas de itens e valores registrados quando da atualização de valores e saldos remanescentes;
- 3.1.4** – Apoiar e auxiliar na elaboração dos Documentos de Formalização de Demandas, Termos de Referência, cotações ou projetos básicos encaminhados a área de planejamento para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- 3.1.5** – Instruir e promover atos necessários à formalização processual para a realização de prorrogação da ARP e do procedimento licitatório para registro de preços, quando couber;
- 3.1.6** - Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive na hipótese atualização da ARP;
- 3.1.7** - Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou outro ato;
- 3.1.8** - Gerenciar a ata de registro de preços, em todo aos seus aspectos;
- 3.1.9** – Intermediar e conduzir as eventuais renegociações dos preços registrados para seu cancelamento ou atualização;
- 3.1.10** - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no registro de preços;
- 3.1.11** - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais.
- 3.1.12** – Quando houver interesse de adesão por órgão ou entidade, fazer comunicação ao fornecedor sobre sua admissibilidade de adesões, alertar os interessados quanto as responsabilidades e as regras definidas na regulamentação.

CLÁUSULA QUARTA – AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO OU SERVIÇO - A ordem de fornecimento será autorizada, em todo caso, pela a unidade administrativa de Compras, com a finalidade de autorizar ao fornecedor faturar os produtos ou os serviços.

- 4.1** – A ordem de Compra ou Autorização de Compra é o documento de controle interno do ente legislativo enviado ao fornecedor contendo informações dos itens que está autorizado a fornecer, o respectivo empenho com a devida autorização da autoridade competente e/ou ordenador de despesas.
- 4.2** - A ordem de fornecimento deverá ser emitida dentro do prazo estabelecido no ato convocatório e deve integrar o processo de compra juntamente com a nota fiscal emitida pelo fornecedor e a nota de liquidação devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
- 4.3** - A execução do objeto desta ARP será realizada de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência e ato convocatório e a normas internas do órgão.

CLÁUSULA QUINTA - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Registro de Preços, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 5.1** - Apresentar justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 5.2** - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

- 5.3** - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 5.4** - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 5.5** - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 5.6** - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 5.7** - O prazo de que trata subcláusula anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços e existência de saldos remanescentes de itens registrados.
- 5.8** - O órgão ou a entidade poderão aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos da subcláusula 5.1.
- 5.9** - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado nesta ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 5.10** - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 5.11** - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por órgãos ou entidade da Administração que não seja órgão participante, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 50% (*cinquenta por cento*) dos quantitativos dos itens registrados.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso e saldo remanescente.

- 6.1** - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar o exercício financeiro de sua celebração.
- 6.2** - Na formalização do contrato ou do instrumento equivalente constará a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos, conforme indicado no processo de registro de preços.
- 6.3** - A contratação com os fornecedores registrados na ARP será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 92 conjugado com o 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3.1** - O instrumento contratual de que trata esta cláusula, deverá ser firmado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 6.3.2** - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, com as devidas justificativas nos casos previstos nos dispositivos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

6.4 - Após a homologação da licitação ou da ratificação e autorização para a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1 - Serão registrados na ARP os quantitativos do adjudicatário, podendo ser observada a possibilidade de o fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.4.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos fornecedores que:

6.4.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do registrado em primeiro lugar, observada a classificação das propostas;

6.4.2.1 - Mantiverem sua proposta original.

6.5 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ARP.

6.5.1 - O registro a que se refere esta subcláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6 - Para fins da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do registrado em primeiro lugar, antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7 - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere a esta subcláusula anterior somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos fornecedores remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1 - Quando o fornecedor vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de contratação direta;

6.7.2 - Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses definidas no aviso de contratação.

6.8 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no PNCP pelo órgão gerenciador e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9 - Após a homologação da contratação direta o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.9.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pelo órgão gerenciador.

6.9.2 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.9.3 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de contratação, e observando as regras definidas nesta ARP, fica facultado ao órgão gerenciador convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.9.4 - Na hipótese de nenhum dos fornecedores, aceitar a contratação, o órgão gerenciador da ARP, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do aviso de contratação, poderá:

6.9.4.1 - Convocar para negociação os demais fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Vítor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

6.9.4.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.10 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o órgão ou entidade a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, nas seguintes situações:

7.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

7.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

CLÁUSULA OITAVA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2 - Na hipótese prevista subcláusula anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.6 - No caso da subcláusula anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.7 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

8.8 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos da subcláusula anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.9 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.10 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto nesta ARP0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA NONA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.1 - O remanejamento somente poderá ser feito:

9.1.1 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

9.1.2 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.2 – O órgão gerenciador da ARP não fará nenhum remanejamento sem a concordância formal da unidade cedente de seus quantitativos

CLÁUSULA DÉCIMA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo órgão gerenciador da ARP sem justificativa razoável;

10.3 - Não aceitar manter seu preço registrado;

10.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

10.5 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.6 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta cláusula será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.7 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.7.1. Por razão de interesse público;



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Vítor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

10.7.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

10.7.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nas hipóteses previstas no aviso de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no aviso de contratação.

11.1 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2 - É competência do órgão gerenciador indicarem as penalidades cabíveis em cada caso, é da autoridade competente a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3 - O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO - Para todas as questões pertinentes ao presente compromisso, o Foro será o da Comarca do órgão gerenciador da ARP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS - As condições gerais de execução do objeto desta ARP, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações do Órgão ou Entidade e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

E por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente compromisso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Mantena - MG, 24 de novembro de 2025.

WADSON SAID DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de
Mantena
Contratante

AUTO POSTO TERRA BOA LTDA - EPP
CNPJ 14.832.915/0001-78
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

2 - _____
CPF:



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 09/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2025 CONTRATO N.º 13/2025

CONTRATANTE: A Câmara Municipal de Mantena, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, n.º 383 - Centro – CNPJ: 21.297.635/0001-72, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Wadson Said de Carvalho, brasileiro, servidor público, inscrito no CPF 730.038.246-00, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: **AUTO POSTO TERRA BOA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ: 14.832.915/0001-78, localizada na Rua São Francisco, n.º. 322 – Centro, na cidade de Mantena - MG, representada pelo seu Sócio o Sr. Klynger Machado de Oliveira, inscrito no CPF: 002.316.106-02 e RG: M – 8.134.862 SSP/MG, **E-MAIL INSTITUCIONAL:** postoterraboa@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**.

têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º. 14.133/21, decorrente do Processo Licitatório n.º. **09/2025**, modalidade **Pregão Eletrônico** n.º. **05/2025**, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato é a para o fornecimento de combustível, constante em gasolina e etanol, para atender os veículos da Câmara Municipal de Mantena - MG.

1.2. Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório do n.º. 09/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2025, bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O presente contrato tem o valor total de **R\$ 90.030,00 (noventa mil e trinta reais)**, conforme discriminado:

ITEM	QUANT.	REF.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	10.000	LT	GASOLINA	R\$ 5,899	R\$ 58.990,00
2	8.000	LT	ETANOL	R\$ 3,88	R\$ 31.040,00

2.2 - O **CONTRATANTE** poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. - O presente instrumento terá vigência até de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Assinado por 2 pessoas: KLYNGER MACHADO DE OLIVEIRA e WADSON SAID DE CARVALHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.titular.tooc.com.br/verificacao/F040-8407-C1C4-E3EC> e informe o código F040-8407-C1C4-E3EC





Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

4.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

4.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos materiais pela fiscalização da Câmara Municipal de Mantena/MG e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

4.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Câmara Municipal de Mantena/MG, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

4.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus a Câmara Municipal de Mantena.

4.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

4.3 - A Câmara Municipal de Mantena poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da Câmara Municipal de Mantena/MG.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.

c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente o fornecimento dos materiais ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Câmara Municipal de Mantena/MG.

d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Mantena quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

4.4 Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

4.5 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa da Câmara Municipal de Mantena/MG, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor) de correção monetária do mês anterior ao do pagamento “*pro rata tempore*”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis.



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

5.1.1 - Após os primeiros 12 (doze) meses contados da orçamentação, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice IPCA.

5.2 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do ente legislativo, para o exercício de 2025 (até dezembro) e 2026, na seguinte dotação - 00002.0112210024.003.33903000000 (Ficha 18) – Manutenção dos Veículos do Legislativo - Material de Consumo. .

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com a Câmara Municipal de Mantena, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2. Efetuar o fornecimento do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao setor de compras da Câmara Municipal de Mantena/MG.

7.3. Fornecer produtos de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

7.4. Arcar com todos os ônus necessários ao fornecimento, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.5. Assumir inteira responsabilidade pelo efetivo fornecimento do objeto licitado e efetuarlo de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

7.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes do fornecimento do(s) produto(s), num prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos**, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.7. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.8. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.9. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.10. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados,



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

diretamente a Câmara Municipal de Mantena ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.
- 8.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.
- 8.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os materiais do objeto deste Contrato.
- 8.4. Emitir as ordens de fornecimento à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- 8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- 8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
- 8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- 9.1. - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.
- 9.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- 10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
 - a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para a Câmara Municipal de Mantena, na entrega das mercadorias, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
 - b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo ao ente, na entrega da mercadoria, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
 - c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra para o caso de execução imperfeita do objeto.
 - d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra se deixar de entregar a mercadoria, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
 - e d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra se deixar de entregar a mercadoria, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
 - e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
 - f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;
- 10.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.
- 10.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



Câmara Municipal de Mantena

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, 383 –Telefax: (0xx33) 3241-1555 – CEP. 35.290-000 – Mantena – MG

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, Resolução nº 038/2023, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2025.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mantena/Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

MANTENA - MG, 24 de novembro de 2025.

WADSON SAID DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Mantena
Contratante

AUTO POSTO TERRA BOA LTDA - EPP
CNPJ 14.832.915/0001-78
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

2 - _____
CPF:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F040-8407-C1C4-E3EC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ KLYNGER MACHADO DE OLIVEIRA (CPF 002.XXX.XXX-02) em 25/11/2025 08:47:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ CAMARA MUNICIPAL DE MANTENA (CNPJ 21.297.635/0001-72) VIA PORTADOR WADSON SAID DE CARVALHO (CPF 730.XXX.XXX-00) em 25/11/2025 09:22:09 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/F040-8407-C1C4-E3EC>